



ELEKTRO



ELEKTRO S.A.

RESULTADOS | 2017

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
DESTAQUES	5
1. A ELEKTRO REDES S.A.	1
1.1. Histórico	1
1.2. Estrutura Societária	1
2. AMBIENTE ECONÔMICO	19
3. AMBIENTE REGULATÓRIO	20
3.1. Hidrologia	20
3.2. Nível Contratual das Distribuidoras.....	20
3.3. Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo	21
3.4. Contratos de Concessão das Distribuidoras	22
3.5. Lei 13.360/2016.....	23
3.6. Contratação das Distribuidoras com Partes Relacionadas	23
3.7. Tarifas.....	24
3.7.1. Reajuste Tarifário Anual.....	24
3.7.2. CDE – Encargos	24
3.8. Bandeiras Tarifárias	25
3.8.1. Valores das Bandeiras Tarifárias	25
3.8.2. Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias.....	26
4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	26
4.1.1. Número de Consumidores Ativos	26
4.1.2. Energia Contratada	27
4.1.3. Energia Distribuída	28
4.1.4. Balanço Energético	29
4.1.5. Perdas	18
4.1.6. Arrecadação	19
4.1.7. DEC e FEC	20
5. INVESTIMENTOS	20
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	21
6.1. EBITDA (LAJIDA)	21
6.2. Resultado do Ano	19
6.3. Receita Operacional Bruta.....	19
6.1. Deduções da Receita Bruta	19

6.2. Custos e Despesas Operacionais	19
6.3. Resultado Financeiro	19
7. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	19
7.1. Perfil da Dívida.....	19
7.2. Cronograma de Vencimento	19
8. PRÁTICAS DE GESTÃO	19
8.1. Estrutura de Governança.....	19
8.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos	20
8.3. Relações com Investidores	20
8.4. Gestão de Riscos	20
8.5. Integridade e Ética	21
8.6. Ouvidoria	22
9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	22
10. SAÚDE E SEGURANÇA.....	26
11. CANAIS DE ATENDIMENTO	27
12. OUTROS DESTAQUES	28
13. AUDITORES INDEPENDENTES	28
14. AGRADECIMENTOS	29
15. BALANÇO SOCIAL.....	19
16. DISCLAIMER	24

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2017 será lembrado como o início da grande transformação do Grupo Neoenergia, controlador da ELEKTRO REDES, com 99,68% de participação em seu capital social. Com a incorporação da Elektro Holding, em agosto, o Grupo Neoenergia passou a ser o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes. São 13,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pelas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes), um universo de 34 milhões de pessoas – quase 20% da população brasileira. Em Geração, o Grupo Neoenergia possui capacidade instalada de 4,3 GW, entre ativos em operação ou em construção. A base de ativos regulatórios é de R\$ 15 bilhões, a maior entre os players privados do setor no Brasil e América Latina. O Grupo está presente em 16 estados brasileiros e nosso viés é de crescimento sustentável.

Dando sequência a uma parceria de sucesso, construída nestes 20 anos junto ao Banco do Brasil e à PREVI, com a incorporação da Elektro Holding, a Neoenergia tem uma nova composição acionária na qual a Iberdrola torna-se a controladora. O compromisso da Iberdrola no Brasil é claro, histórico e consistente: a Neoenergia é o único veículo de investimentos da Iberdrola no país. Em 2017, os investimentos da Neoenergia, considerando inclusive o investido em suas coligadas, atingiram R\$ 4,4 bilhões, 13% a mais do que em 2016. E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro. O Grupo tem muito a avançar.

A ELEKTRO REDES encerra o ano de 2017 com 2,6 milhões de consumidores ativos, um aumento de 2,2% em sua base de clientes em relação a 2016. A energia distribuída cresceu 4,9% em relação ao ano anterior, totalizando 16.696 GWh, sendo 65% referente ao consumo do mercado cativo e 35%, ao mercado livre, que teve um crescimento de 32%.

Considerando os resultados econômico-financeiros da ELEKTRO REDES, comparados a 2016, a Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 22,22% e chegou a R\$ 5,8 bilhões, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) teve um crescimento de 7,60% e fechou 2017 em R\$ 873 milhões e o lucro saltou de R\$ 351,7 milhões para R\$ 374,4 milhões, um aumento de 6,47%. São números que nos encorajam a investir cada vez mais na qualidade dos serviços prestados a nossos clientes e na expansão da infraestrutura elétrica de que o Brasil tanto precisa.

Refletindo sua atuação socioambiental, merece destaque o compromisso da ELEKTRO REDES junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU.

A ELEKTRO REDES reitera seu compromisso com os clientes por meio da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócio desafiador.

É com muito orgulho dessas conquistas que apresento os nossos resultados de 2017. E quero deixar uma palavra que nos estimula para enfrentar os novos desafios que virão: compromisso.

DESTAQUES

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2017	2016	Variacã o %
Receita Operacional Bruta	8.864.102	7.950.256	11,49
Receita Operacional Líquida	5.811.495	4.754.980	22,22
Margem Operacional Líquida	882.932	738.237	19,60
EBITDA	872.973	811.345	7,60
Resultado Financeiro	(157.805)	(161.184)	(2,10)
Lucro Líquido	374.425	351.688	6,47
Margem Operacional (%)	15,19%	15,53%	(0,33)
Margem EBITDA (%)	15,02%	17,06%	(2,04)
Margem Líquida (%)	6,44%	7,40%	(0,95)

Outros Resultados	2017	2016	Variacã o %
Volume de fornecimento para mercado cativo (GWh)	10.915	11.542	(5,43)
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	16.696	15.909	4,95
Número de Clientes	2.605.233	2.549.010	2,21
DEC anualizado (horas)	7,43	8,24	(9,83)
FEC anualizado (interrupções)	4,54	4,59	(1,09)
Perdas de Distribuição (%)	7,60%	8,79%	(1,19)
Rating corporativo (Fitch)	AA-(bra)	AA+(bra)	
Investimento (R\$ mil) ⁽²⁾	406.300	383.400	5,97

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/17	dez/16	Variacão %
Ativo Total	6.453.521	6.283.450	2,71
Dívida Bruta	2.633.854	2.355.885	11,80
Dívida Líquida ⁽³⁾	2.126.678	1.445.856	47,09
Patrimônio Líquido	6.453.521	6.283.450	2,71

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Investimento líquido de subvenções

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/17	dez/16	Variacão (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	2,44	1,78	0,65
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	5,53	5,03	0,50

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

- A ELEKTRO encerrou o período com EBITDA de R\$ 872.973 mil, um aumento de 7,60% em relação ano de 2016 (R\$ 811.345 mil) em função majoritariamente do: (i) crescimento de 4,95% do mercado total (clientes cativos e livres);

- A ELEKTRO registrou Lucro Líquido de R\$ 374.425 mil em 2017, 6,47% acima do resultado de 2016 (R\$ 351.688 mil), impactado basicamente pelos efeitos positivos do EBITDA;
- A Companhia apresentou os melhores indicadores de qualidade de fornecimento da história da ELEKTRO, fechando o ano com DEC em 7,43 (melhoria de 9,83% em relação ao indicador registrado em 2016 e 13,20% abaixo do limite regulatório) e FEC em 4,54 (melhoria de 1,09% e 34,39% menor que a meta definida pela ANEEL), reafirmando o compromisso da empresa com a busca pela melhoria contínua na prestação de seus serviços;
- A ELEKTRO foi reconhecida, mais uma vez, como uma das empresas mais sustentáveis do País pelo Guia Exame de Sustentabilidade. É o sétimo ano consecutivo em que a Empresa é premiada no Guia. Dessa vez, a Distribuidora foi a única empresa do Brasil a receber o destaque na categoria “Direitos Humanos”.

1. A ELEKTRO REDES S.A.

A **Elektro Redes S.A.** ("ELEKTRO" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Histórico

Em 08 de junho de 2017, a ELEKTRO divulgou ao mercado um Fato Relevante informando um acordo de associação para regular a incorporação da ELEKTRO Holding S.A, atual controladora da ELEKTRO, pela Neoenergia S.A. ("Neoenergia").

A operação foi estruturada mediante a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia, com o consequente aumento do capital social da Neoenergia, e a consumação da Operação foi condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da assembleia geral de acionistas da Neoenergia e da Elektro Holding.

Em 30 de junho de 2017, a ELEKTRO publicou ao mercado novo Fato Relevante esclarecendo as condições da Operação, bem como os principais benefícios, custos, riscos da incorporação e critérios da relação de substituição das ações da Elektro Holding por ações de emissão da Neoenergia.

Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e a satisfação das demais condições precedentes aplicáveis, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia.

1.2. Estrutura Societária

Em 30 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia, controladora da Companhia, aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. ("Elektro Holding") pela Neoenergia, a qual, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e a satisfação das demais condições precedentes aplicáveis, foi consumada em 24 de agosto de 2017 ("Incorporação"). Em decorrência da Incorporação a Elektro Holding foi extinta e a Neoenergia sucedeu todos os seus direitos e obrigações em todos os seus ativos, dentre eles a ELEKTRO, nos termos dos artigos 227 e 232 da Lei das Sociedades por Ações.

Com esse movimento a Iberdrola passa ser a controladora da Neoenergia e a partir desse momento a empresa e suas subsidiárias, dentre elas a ELEKTRO, incorporam práticas de gestão e de Governança além da cultura do Grupo Iberdrola.

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura societária da ELEKTRO era a seguinte:



2. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto – PIB, estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Ibre-FGV, encerrou o ano com crescimento de 1,1% da economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil – BC), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro.

O Governo Central, considerando os números preliminares dos últimos dias de 2017, espera um resultado primário em média R\$30 bilhões melhor do que a meta estimada de R\$159 bilhões para o fim do ano. Essa melhoria da arrecadação da União teve ajuda da massa salarial, cujo ganho real se elevou frente à queda da inflação. Além disso, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o governo conta com sobra de recursos para o cumprimento da "regra de ouro" (norma constitucional que visa impedir o endividamento público para pagamento de despesas correntes) das contas públicas em 2017, comprovando mais uma vez a recuperação de receita, e indicando importante redução do déficit primário do Governo Central (Tesouro, BC e Previdência Social), que deve ser menor que R\$130 bilhões. Isto sinaliza um possível caminho ao reequilíbrio de suas contas e uma retomada da economia.

Segundo dados apurados pelo BC, o Índice de Commodities Brasil – IC-Br, construído a partir dos preços em reais (R\$) das commodities agrícolas, metálicas e energéticas, fechou 2017 com queda de 0,39%. Isto quer dizer que as matérias-primas que influenciam

a inflação encerraram o ano em desvalorização.

Nessa mesma linha, em 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA alcançou o valor de 2,95% (menor que os 6,29% de 2016), e o Índice Geral de Preços-Mercado – IGP-M apresentou queda de 0,52% em 2017 (frente a alta de 7,17% de 2016). O primeiro, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi impactado principalmente pelo comportamento atípico dos preços dos alimentos, responsável por 24,71% do índice, que registraram queda recorde no ano de 2,40%. O segundo, elaborado pela FGV, sofreu com a queda de 2,55% do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA, que tem peso de 60% sobre o IGP-M, regido pela queda de 12,99% dos produtos agropecuários.

Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R\$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R\$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R\$ 15,46 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 69% dos desembolsos, alcançando R\$13,43 bilhões. O custo básico desses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%.

Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo viés tomaram os investimentos vinculados à

taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), que, seguindo a Selic, caiu de 13,63% no fim de 2016 para 6,89% no encerramento de 2017. A taxa DI é a taxa de negociação dos CDI's (Certificados de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diárias realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. Considerando números consolidados do Grupo Neoenergia, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos, em 31/12/2017, 70,6% da nossa dívida estava indexada ao CDI.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Hidrologia

Em 2016, observou-se cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano no Sistema Interligado Nacional – SIN, permanecendo desfavorável ao longo do ano de 2017. Neste ano, as energias naturais afluentes da região Nordeste bateram recordes negativos: foi o pior março, maio, julho, agosto e o pior outubro em um histórico de 87 anos. A baixa afluência, principalmente nos meses de agosto, setembro e outubro, elevou o PLD para próximo do teto nesse período. Além disso, o ano de 2017 fechou com PLD médio de R\$/MWh 323 no submercado SE/CO e R\$/MWh 335 no Nordeste. O GSF também registrou recordes negativos: de julho a agosto o índice foi inferior a 65%. O ano de 2017, dezembro ainda estimado, teve Generation Scaling Factor - GSF médio de 81%.

Em 2017, o destaque positivo foi o incremento da geração eólica,

principalmente no Nordeste. Foram gerados mais de 4.500 MWmed, o que corresponde a 40% da carga dessa região. Em relação ao ano de 2016, houve crescimento de 28%.

Outro ponto favorável é que alguns sinais de recuperação da economia foram observados no comportamento da carga do SIN. A carga de energia do SIN, considerando o Brasil como um todo, no ano de 2017, registra variação de 1,5% sobre igual período de 2016. Fatores como a queda na taxa de inflação e a redução das taxas de juros ampliam a renda disponível e ajudam na recuperação do consumo em algumas regiões do país. Esse efeito já pode ser percebido nos setores de comércio e serviços mais uma vez em algumas regiões do país

3.2. Nível Contratual das Distribuidoras

Em 2016 a situação de sobrecontratação das distribuidoras agravou-se em função da crise econômica. A partir de tratativas da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE junto ao Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, várias ações foram empreendidas ao longo de 2016 com o intuito de mitigar a sobrecontratação das distribuidoras:

No ano de 2017 a empresa fez uso dos mecanismos implementados pela ANEEL e MME para gerir seu portfólio.

Sendo assim, a ELEKTRO, gerenciou o seu nível de sobrecontratação e logrou êxito em mitigar qualquer impacto em seu resultado em 2016. Para o ano de 2017, a Companhia manteve uso dos mecanismos existentes para manutenção de seu portfólio contratual. No entanto, destacam-se eventos alheios à gestão da distribuidora, tais como redução no lastro dos Contratos de Cotas e Garantia Física - CCGFs em consequência do Decreto 9.143/2017 que, por serem eventos extraordinários

e imprevisíveis, deverão seguir a mesma tratativa dada pela Resolução Normativa nº 706/16 pela ANEEL para garantia de repasse integral dos custos de compra de energia.

3.3. Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo

A liquidação financeira do mercado de curto prazo representa o acerto de eventuais diferenças entre a energia medida e a contratada pelos agentes que operam no âmbito da CCEE. Os débitos e créditos, apurados pelo processo de contabilização das operações do mercado pela Câmara de Comercialização, são valorados ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, calculado semanalmente.

No ano de 2017, as liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo - MCP continuaram sendo impactadas pelos desdobramentos judiciais, atrelados ao impacto financeiro decorrente dos riscos hidrológicos assumidos pelos agentes de geração participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE por conta do deslocamento da geração hidráulica que, em função de baixa hidrologia exigiu o despacho das usinas térmicas. Esse deslocamento da geração hidráulica é medido pelo indicador conhecido como Generation Scaling Factor – GSF.

Em função desses processos judiciais foi criado um mecanismo para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica, cujas diretrizes foram estabelecidas por meio da Lei nº 13.203/2015. Em dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684/2015 que estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico por agentes participantes do MRE.

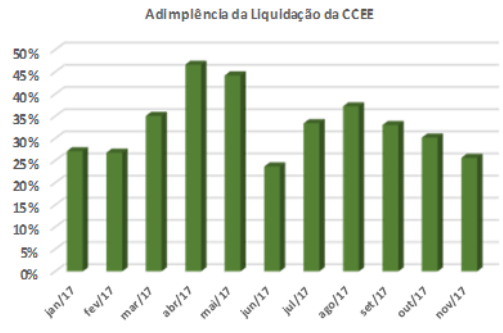
No entanto, para os contratos do ACL, quase a totalidade dos geradores não assinaram o Acordo GSF, portanto permanecem com liminar protegendo-

os dos efeitos do GSF e em função disso continuam sem pagar suas despesas com Risco Hidrológico. A partir desta situação surgiu o impasse sobre quem deve arcar com os custos associados ao risco hidrológico ou GSF, uma vez que os referidos geradores estavam sobre proteção de liminares judiciais. Os demais membros do MRE alegam que não podem sofrer os efeitos de decisões proferidas em processos dos quais eles não participam, e além disso, já arcam com a correspondente exposição ao GSF. Com isso, surgiram dezenas de liminares que desoneraram membros do MRE de arcar com os custos de GSF desses geradores com contratos no ACL. A conta restou transferida para os credores em geral do Mercado de Curto Prazo (MCP). As associações que representam agentes com posição credora no MCP também sustentam que não podem pagar esta conta.

Diante de todo esse impasse o ano de 2017 foi encerrado com essa questão ainda em discussão sem que houvesse uma decisão uniforme por parte dos tribunais. A maior parte da inadimplência continua sendo atribuída aos credores do MCP. O quadro e gráfico seguintes apresentam a situação de inadimplência global verificada na liquidação das operações da CCEE, até o mês de novembro, último liquidado referente ao ano de 2017.

Contabilização x Adimplência CCEE - em bilhões de R\$

Mês	Contabilizado	GSF Não Repactuado	Exposição	Liquidado	
Jan/17	2,58	1,60	0,98	0,70	27%
fev/17	2,54	1,59	0,95	0,68	27%
mar/17	2,85	1,58	1,27	1,00	35%
abr/17	3,71	1,64	2,07	1,73	47%
mai/17	4,23	2,00	2,23	1,87	44%
jun/17	3,17	2,10	1,07	0,75	24%
jul/17	4,43	2,55	1,88	1,48	33%
ago/17	6,82	3,72	3,10	2,54	37%
set/17	8,27	4,66	3,61	2,73	33%
out/17	9,84	5,61	4,23	2,97	30%
nov/17	10,00	6,00	4,00	2,56	26%



No mês de novembro, ocorreu a revogação da decisão judicial, que limitava o Ajuste do MRE (GSF) em 95% para agentes associados à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel.

A CCEE tem atuado na esfera jurídica para garantir o tratamento isonômico de todos os agentes e a aplicação das regras de comercialização.

A operação de contabilização, realizada em novembro de 2017, envolveu 6.542 agentes, sendo 568 devedores e 5.974 credores.

É importante destacar, por fim, que embora o impasse relativo a judicialização no mercado de curto prazo ainda não tenha uma solução definitiva, ao longo de 2017 a ELEKTRO não sofreu maiores impactos uma vez que a distribuidora se manteve na posição de “devedora” ao longo dos meses e a regra atual determina que o valor não pago por um determinado agente seja suportado pelos credores da liquidação.

3.4. Contratos de Concessão das Distribuidoras

Em 2016 a ANEEL promoveu ajustes nos contratos das distribuidoras, destacando-se os seguintes aspectos:

a) Agrupamento de Áreas de Concessão

A Resolução Normativa nº 716/2016 publicada em maio de 2016 permitiu que áreas de concessão atendidas por

distribuidoras sujeitas a controle societário comum possam ser agrupadas, com a unificação dos respectivos termos contratuais, mediante solicitação enviada à ANEEL até 31 de agosto do ano anterior ao do efetivo agrupamento, com as características das concessões que serão agrupadas, a operação escolhida para a reorganização societária e a justificativa para o agrupamento quanto à sua racionalidade operacional e econômica. A ANEEL deliberará pela unificação a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da solicitação. A referida resolução define ainda que a data-base dos reajustes e revisões da concessionária agrupada será na data-base do último processo tarifário previsto dentre as concessionárias originais no primeiro ano do agrupamento.

b) Aditivo ao Contrato de Concessão

Em agosto de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.194/2016 no qual aprova a minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, de caráter opcional, para as concessionárias que não tiveram os contratos prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013. A intenção da agência foi fazer um aprimoramento na regra para dar possibilidade às distribuidoras que ainda não tiveram suas concessões prorrogadas, a assinarem o novo modelo de contrato de concessão. As distribuidoras que se enquadram nesta condição poderão aderir integralmente ao novo modelo de contrato, instrumento que poderá contemplar nova data para realização dos processos tarifários, o que deve ser objeto de audiência pública específica para cada concessionária.

Para as distribuidoras que já assinaram o termo aditivo ao contrato de concessão a Resolução Normativa nº 747/2016, publicada em dezembro de 2016, estabeleceu critérios para limitação de distribuição de dividendos

e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, uma vez que o termo aditivo possui cláusulas relativas à restrição de proventos. Importante ressaltar que essa regra apenas afetará aquelas empresas que tiverem a renovação da concessão ou que aderiram ao novo aditivo, o que não é caso da ELEKTRO cuja renovação ocorrerá apenas em 2027.

3.5. Lei 13.360/2016

No dia 18.11.2016 o Governo publicou a Lei nº 13.360/2016, conversão da Medida Provisória 735/2016. Ao todo a Lei 13.360/2016 alterou 16 leis que estavam em vigor e promoveu mudanças significativas no âmbito da distribuição de energia. Uma dessas mudanças implementadas foi a autorização para as distribuidoras venderem seus excedentes contratuais aos consumidores livres, sem restringir tal venda à respectiva área de concessão. Em 22 de agosto de 2017 foi publicado o Decreto 9.143/2017 que regulamentou a venda de excedentes, definindo que os agentes de distribuição poderão negociar, no Ambiente de Contratação Livre - ACL, contratos de venda de energia elétrica lastreados no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do mercado, podendo negociar a energia com os consumidores livres, geradores, comercializadores e agentes de autoprodução. O decreto determinou ainda que a ANEEL edite as normas necessárias para cumprimento do dispositivo.

Para o cumprimento de tal objetivo, a ANEEL abriu no dia 30/11/2017 a Audiência Pública nº 70/2017 que busca não só obter subsídios e informações adicionais para a criação do Mecanismo de Venda de Excedentes do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como também revogar a Resolução Normativa nº 711/2016 e promover

alterações no MCSD de Energia Nova. Essa Audiência será encerrada em 2018.

3.6. Contratação das Distribuidoras com Partes Relacionadas

Com a publicação da Resolução Normativa nº 699/2016 em fevereiro de 2016, foi regulamentado o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427/1996, que trata dos controles prévios e a *posteriori* sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas. As principais mudanças introduzidas pela nova resolução foram:

- Conceito de Parte Relacionada: além da manutenção do conceito anterior, que remetia aos controladores, suas sociedades e coligadas bem como as controladas e coligadas de controlador comum, foram incluídos (i) seus administradores e diretores, quando o objeto do negócio for estranho às competências e atribuições estatutárias inerentes ao cargo; (ii) pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores em comum, indicados pelos acionistas controladores, quando estes representem a maioria do capital votante; e (iii) as pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores comuns à Permissionária;
- Foram regulamentados os contratos de prestação de serviço e de compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos. Os contratos estabelecidos anteriormente poderão ser prorrogados, desde que anuídos pela ANEEL, caso se demonstre vantagem operacional, econômica e financeira para o Agente contratante em aditar a avença frente a uma nova contratação;
- O rateio dos custos de compartilhamento de recursos humanos ocorrerá de forma proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto – AIB do agente participante do compartilhamento. No

compartilhamento de recursos humanos pelas Distribuidoras, essas deverão manter a autonomia integral dos processos de operações, de engenharia e de ouvidoria;

- Com relação às áreas de suprimentos, contábil, comercial, financeira, de auditoria, além de outras a critério da ANEEL, as Distribuidoras deverão, no pedido de anuência prévia, apresentar a forma de gestão a ser aplicada aos referidos processos, de modo a evidenciar sua autonomia para que o serviço concedido se mantenha adequado por todo o período da contratação, sendo que a ANEEL poderá demandar a autonomia integral ou parcial dos processos;

3.7. Tarifas

3.7.1. Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.290 de 22 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de agosto de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 5,71%, dos quais 4,82% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 0,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,40%, conforme tabela a seguir. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 27 de agosto de 2017 com vigência até 26 de agosto de 2018.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	10,27%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	10,47%
Efeito tarifário médio AT+BT	10,40%

3.7.2. CDE – Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 2.202/2017, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da Conta de

Desenvolvimento Energético – CDE para o ano de 2017. Posteriormente essa resolução foi revogada e publicada a Resolução Homologatória nº 2.204/2017.

Algumas parcelas desse encargo estão sendo questionadas judicialmente por algumas associações.

Em janeiro de 2016 uma nova liminar foi concedida pela Justiça Federal em Brasília ampliando o número de grandes consumidores de energia que tiveram o pagamento de parte dos custos da CDE suspensos. A decisão impede a inclusão desses consumidores no rateio das quotas de CDE, similar ao que ocorreu em 2015 para as empresas afiliadas à Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE.

A concessão da antecipação de tutela beneficia empresas da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE; e posteriormente foi concedida a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS) e o Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento - SNIC. A parcela questionada e que deve ser excluída da cobrança da CDE refere-se às despesas relativas ao pagamento de indenizações das concessões renovadas, subsídios tarifários, exposição das distribuidoras, restos a pagar, dispêndios com a compra de combustível para as térmicas dos sistemas isolados e com a implantação do gasoduto Urucu-Coari-Manaus e subsídios ao carvão mineral nacional.

Em setembro de 2016 a ANEEL, em cumprimento à decisão liminar, decidiu homologar novos valores das componentes tarifárias das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com vigor a partir de 29 de junho de 2016, referentes ao processo tarifário de 2016 das distribuidoras que atendem as unidades consumidoras filiadas a

ABRACE, alcançadas pelos efeitos da decisão de antecipação de tutela de que trata a liminar.

Em março de 2017 a ANEEL homologou os valores das componentes tarifárias de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia - TE, em cumprimento à decisão liminar alcançada pela concessão da antecipação de tutela beneficia empresas associadas ao Sindicato Nacional das Empresas das Indústrias de Cimento NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO - SNIC. A parcela questionada e que deve ser excluída da cobrança da CDE refere-se às despesas relativas ao pagamento de indenizações das concessões renovadas, subsídios tarifários, exposição das distribuidoras, restos a pagar, dispêndios com a compra de combustível para as térmicas dos sistemas isolados e com a implantação do gasoduto Urucu-Coari-Manaus e subsídios ao carvão mineral nacional.

Os valores em reais, que foram abatidos das Cotas da CDE Uso e CDE Energia em 2017, foram os seguintes:

	CDE USO	CDE ENERGIA
ABRACE	9.878.227,89	-
ANACE	3.330.694,19	574.630,24
SNIC	161,54	66.590,02
ELETROS	124.224,07	-
TOTAL	13.333.307,69	641.220,26

3.8. Bandeiras Tarifárias

3.8.1. Valores das Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia passaram a ser faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Este sistema tem como finalidade indicar para os consumidores se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de

energia elétrica, e visa cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, ESS e o risco hidrológico.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram definidos conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.859/2015.

No ano de 2016, tais valores e faixas foram ajustados por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, decorrente da Audiência Pública nº 081/2015: Em fevereiro de 2017, os valores foram ajustados por meio da Resolução Homologatória nº 2.203, de 14 de fevereiro de 2017. A partir de novembro de 2017 o valor de cada bandeira passou a ser definido conforme Decisão proferida pela Diretoria Colegiada na instauração da Audiência Pública nº 61/2017, que aplicou, em caráter extraordinário, as regras propostas na referida AP, conforme segue abaixo:

- **Bandeira verde:** A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 1,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 1:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 2:** A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 5,00 para cada 100 kWh

consumidos, sem contar com os impostos.

A tabela a seguir mostra as bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2016 e 2017:

Mês	2017	2016
Janeiro	Verde	Vermelha
Fevereiro	Verde	Vermelha
Março	Amarela	Amarela
Abril	Vermelha Patamar 1	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 1	Verde
Setembro	Amarela	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dezembro	Vermelha Patamar 1	Verde

3.8.2. Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os agentes de distribuição passaram a assumir posição credora ou devedora junto a referida conta centralizadora a depender da diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente são apurados: o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/2015 e, além disso, é fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

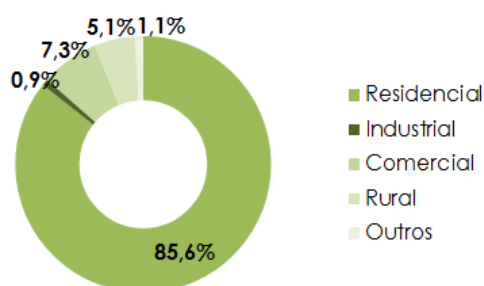
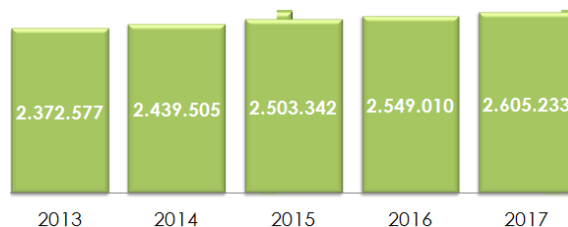
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 290.272 (R\$ 134.707 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 69.767 foram recebidos da Conta

Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 2.210 devolvidos em 31 de dezembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1.1. Número de Consumidores Ativos

Em 2017, a ELEKTRO alcançou o número de 2.605.233 consumidores ativos, registrando crescimento de 2,21%, representando incremento de 56.223 novos clientes, em relação ao ano anterior. Este resultado encontra-se em patamar levemente abaixo da média de crescimento dos últimos anos, acompanhando a evolução do número de domicílios.



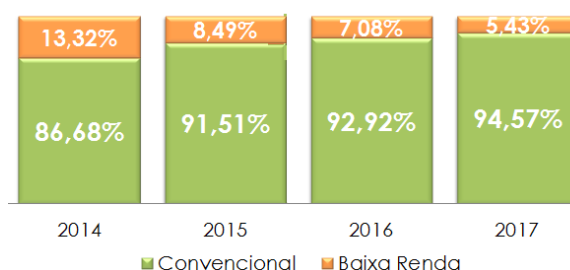
4.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 414/2010, que define o conceito de consumidores de baixa renda, estes correspondem a 5,4% do total de consumidores

residenciais da ELEKTRO enquanto que os consumidores residenciais normais representam 94,6%.

A Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as regras incidentes sobre a tarifa aplicável à Subclasse Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Em função desta Lei, a ELEKTRO alcançou em dezembro de 2017 um total de 121.130 clientes cadastrados com a tarifa subsidiada.

Descrição	Evolução do número de consumidores Residenciais			
	2014	2015	2016	2017
Convencional	1.797.237	1.952.444	2.022.957	2.109.591
Baixa Renda	276.077	181.115	154.031	121.130
Total	2.073.314	2.133.559	2.176.988	2.230.721



4.1.2. Energia Contratada

A energia contratada para atender ao mercado da ELEKTRO em 2017, totalizou 12.626 GWh, o que representa um decréscimo de 18% em relação a 2016. Este decréscimo foi principalmente decorrente da devolução de energia no MCSD EN (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits de Energia Nova). A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R\$ 299/MWh, enquanto o PLD médio do Sudeste em 2017 foi de R\$ 323/MWh.

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Durante o ano de 2016, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores na condição de especiais para o Ambiente de Contratação Livre - ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, contribuíram para que as empresas apresentassem um cenário de sobrecontratação de energia.

Adicionalmente, a ANEEL propôs uma realocação de cotas de energia a partir de janeiro de 2015, provenientes das geradoras que possuem um preço médio menor, o que contribui significativamente para um excesso de energia contratada. Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a integral cobertura tarifária.

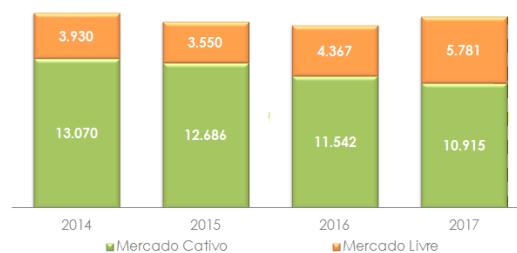
De maneira complementar, a ANEEL regulamentou uma série de alternativas ao longo do ano de 2016 na busca pela adequação dos níveis de contratação de energia das distribuidoras. Dentre os mais relevantes encontram-se: (i) possibilidade de redução do volume contrato através de acordos bilaterais para os Contratos de Comercialização no Ambiente de

Contratação Regulada – CCEARs; (ii) redução da energia contratada relativa ao consumo de clientes especiais que migrarem ao mercado livre; (iii) possibilidade aos geradores de ofertar redução dos montantes de energia provenientes de novos empreendimentos de geração através do Mecanismo de Sobras e Déficits de Energia – MCS D; (iv) a eliminação do limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Dessa forma, a Elektro Redes, fez uso de todas as ferramentas disponíveis para o gerenciamento do seu nível de sobrecontratação e logrou êxito em mitigar qualquer impacto em seu resultado em 2016. Para o ano de 2017, a Companhia manteve uso dos mecanismos existentes para manutenção de seu portfólio contratual e não incorreu nenhum impacto por conta da sobrecontratação. Destaca-se que eventos alheios à gestão da distribuidora, tais como redução da energia proveniente de usinas cotistas, em consequência do Decreto 9.143/2017, por serem extraordinários e imprevisíveis, deverão seguir a mesma tratativa dada pela Resolução Normativa nº 706/16 pela ANEEL para garantia de repasse integral dos custos de compra de energia.

4.1.3. Energia Distribuída

No ano de 2017 a ELEKTRO forneceu 16.696 GWh de energia na sua área de concessão, um crescimento de 4,9% em relação ao ano de 2016, sendo 65,4% referente ao consumo do mercado cativo e 34,6% do mercado livre.



NOTA: A Companhia reavaliou a métrica utilizada e passou a apresentar o volume de energia faturada, pois entende representar melhor o valor faturado.

Os clientes cativos (clientes que compram energia da ELEKTRO) reduziram o consumo em 5,43% e os clientes livres (clientes que compram energia de comercializadoras ou geradores) aumentaram o consumo em 32,36%. Esta variação ocorre devido a migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, intensificado a partir de maio de 2016 em resposta à redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

O consumo da classe residencial em 2017 foi 4,02% superior ao registrado em 2016. Este crescimento ocorreu devido às altas temperaturas registradas ao longo do ano e a melhora de alguns indicadores econômicos como o mercado de trabalho e o crescimento do rendimento real das famílias.

A classe comercial cativa caiu 4,63%, quando comparado ao ano de 2016, esta queda é explicada pela intensa migração de clientes para o mercado livre. Analisando o consumo total (cativo+ livre) a classe cresceu 4,3%, contribuíram para este resultado o aumento das vendas no comércio varejista e a utilização da carga da distribuidora por geradores (devido a manutenção de seus equipamentos).

A classe industrial cativa registrou queda de 30,8% no ano (explicada pela migração de clientes para o mercado livre), mas o consumo industrial distribuído (cativo + livre) apresentou crescimento de 4,8%. O crescimento da Produção Industrial Nacional no acumulado do ano até

novembro de 2,3% (segundo o IBGE) e o crescimento pontual de alguns grandes clientes (principalmente dos setores da construção civil e papel) são os principais fatores que explicam o desempenho desta classe.

A classe rural cresceu 3,93% (consumo cativo) e 5,3% (consumo total). Positivamente impactada pela entrada de um grande cliente (cultivo de laranja) e pelo reduzido índice pluviométrico em determinados meses

do ano, levando o cliente a intensificar a utilização do sistema de irrigação.

O consumo das classes Serviço Público, Poder Público, Iluminação Pública e Uso Próprio, que representam 10,1% do mercado total, apresentou crescimento de 5,0% (mercado cativo) e 9,0% (mercado total) em 2017 quando comparado ao ano de 2016. Destaca-se a classe Serviço Público, com crescimento de 11,7%, justificado pelo aumento do consumo dos clientes cuja atividade é o bombeamento de água.

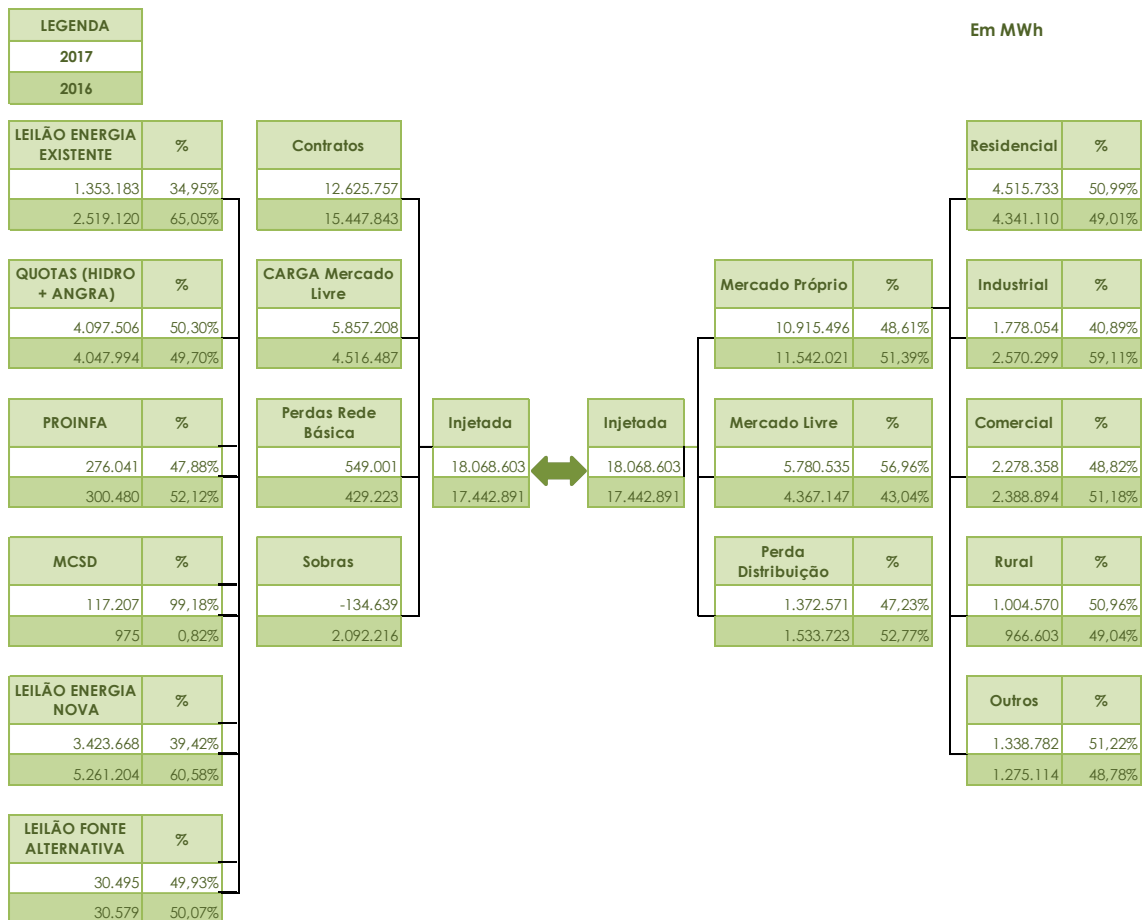
Classe	2016		2017		Variação 2016/2017		Participação 2017	
	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	2.820.853	4.341	2.753.009	4.516	-2,41%	4,02%	45,13%	41,37%
Industrial	1.477.375	2.570	966.052	1.778	-34,61%	-30,82%	15,84%	16,29%
Comercial	1.527.333	2.389	1.383.462	2.278	-9,42%	-4,63%	22,68%	20,87%
Rural	384.683	967	384.042	1.005	-0,17%	3,93%	6,30%	9,20%
Poder Público	193.524	315	190.006	325	-1,82%	3,05%	3,11%	2,98%
Iluminação Pública	181.710	483	189.184	527	4,11%	9,01%	3,10%	4,82%
Serviço Público	246.965	470	234.725	480	-4,96%	2,17%	3,85%	4,40%
Subtotal	6.832.443	11.535	6.100.480	10.908	-10,71%	-5,43%	100,00%	99,94%
Consumo Próprio		7		7		4,58%		0,06%
Total	6.832.443	11.542	6.100.480	10.915	-10,71%	-5,43%	100,00%	100,00%

NOTA: A Companhia reavaliou a métrica utilizada e passou a apresentar o volume de energia faturada pois entende representar melhor o valor faturado

4.1.4. Balanço Energético

Em 2017 a energia injetada pela ELEKTRO apresentou crescimento de 3,6% equivalente a 626 GWh em relação a 2016. A energia injetada

atingiu o patamar de 18.069 GWh em 2017. Do total da energia injetada, 60,4% (10.915 GWh) foi destinada ao consumo do mercado regulado, 32,0% (5.781 GWh) para o consumo do mercado livre e 7,6% (1.373 GWh) representaram perdas na energia injetada:

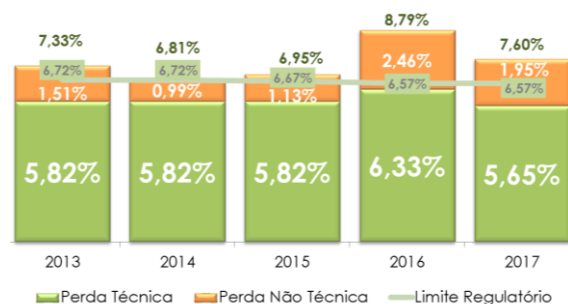


4.1.5. Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nesta parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto, os furtos de energia, defeito em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc.

As perdas de energia são acompanhadas pela ELEKTRO através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa

metodologia, apresentamos os índices da ELEKTRO.



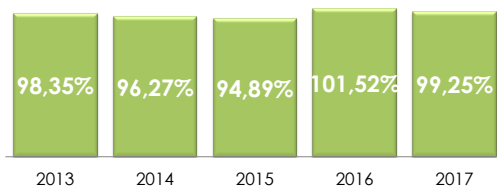
O Índice de Perdas encerrou o ano com 7,60%, representando uma queda de 1,19 p.p, a maior redução anual dos últimos 10 anos, resultado das ações de combate às perdas que também tiveram maior resultado da história em 2017, com 170,4 GWh de energia recuperada. Este decréscimo foi influenciado pelo resultado das ações

de Redução de Perdas. Para a realização desse plano em 2017, as principais ações foram:

- (i) Realização de aproximadamente 27 mil inspeções;
- (ii) Ações coordenadas em conjunto com forças policiais.
- (iii) Atualização de 27,8 mil pontos de iluminação pública através de ações de fiscalização do parque de Sobre os indicadores de qualidade do fornecimento iluminação pública;

4.1.6. Arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a distribuidora.



Ainda que a economia tenha dado indícios de melhora ao longo do ano de 2017 (fato que pode ser percebido pelo aumento do consumo no mercado livre em toda área de concessão das distribuidoras do Grupo – representando um aumento do consumo das classes industrial e comercial), os efeitos dessa retomada ainda não foram sentidos pelas famílias (fato percebido pela redução do volume distribuído à classe residencial na área de concessão). Dessa forma, a retração do período anterior ainda pode refletir na capacidade de pagamento dos consumidores.

Ainda, o custo com energia elétrica para o consumidor no ano de 2017, provocado pelo cenário hidrológico desfavorável, sofreu uma maior incidência das bandeiras tarifárias, no qual tivemos o acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, nos patamares 1 ou 2, provocando um acréscimo no custo ao consumidor.

Neste cenário, a ELEKTRO intensificou as ações de combate a inadimplência, aliada às estratégias de cobrança mais incisivas. A seguir, as ações que se destacaram durante o ano de 2017:

- (i) Programas de renegociação dos débitos com grandes clientes e poder público atrelados a constituição de garantias;
- (ii) Cobrança judicial para recuperação de crédito de clientes críticos de recebimento;
- (iii) Realização de ações administrativas de menor custo, com foco nas dívidas de baixo risco de recebimento:

- ✓ Foram realizadas 1.081.047 negativações com efetividade média de 55%;
- ✓ Protestamos 411.061 mil clientes com efetividade média no período de 52%
- ✓ Realizados 177.148 mil acionamentos por URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagem);
- ✓ Foram efetivadas 375.428 contatos de cobrança por telefone através de nossa Central de Relacionamento ao Cliente;
- ✓ Cobrança presencial realizada pelo agente de faturamento no momento da leitura e entrega de contas;

- (iv) Suspensão do fornecimento de energia elétrica em 163.186 unidades consumidoras durante o ano de 2017.

Todas as ações de cobrança são pautadas por modelos estatísticos que avaliam a propensão de pagamento

do cliente, permitindo assim adotar estratégias diferenciadas de acordo com o perfil do cliente.

(v) A companhia implementou novas tecnologias com o objetivo de fornecer outras formas de pagamento aos clientes, como por exemplo a disponibilidade de pagamento com cartão de débito e parcelamento com cartão de crédito em espaços de atendimento presencial e no momento do corte, bem como a realização de feirões de negociação de débito.

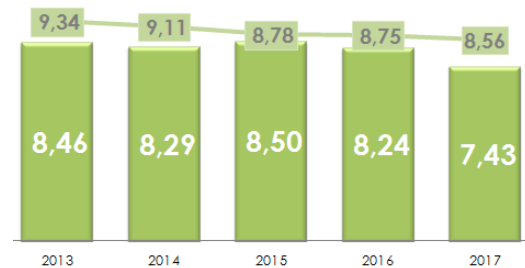
4.1.7. DEC e FEC

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem respectivamente a duração média das interrupções e a quantidade média de interrupções por consumidor.

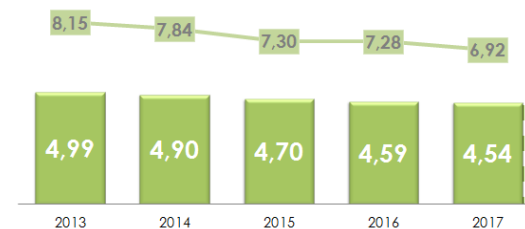
A ELEKTRO tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição. A ELEKTRO foi reconhecida no País pela décima segunda vez com o prêmio de Melhor Gestão Operacional, concedido pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE).

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em Dezembro de 2017, apresenta melhora em relação ao indicador anualizado em 2016 e é o melhor resultado da história da ELEKTRO. Esse resultado foi atingido com grande esforço haja vista que janeiro de 2017 foi o Janeiro mais chuvoso dos últimos 74 anos na Capital do Estado e a ocorrência de

tempestades fora de época nos meses de Abril, Maio e Junho de 2017.



O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em Dezembro de 2017, apresenta melhora em relação ao indicador anualizado em 2016 e é o melhor resultado da história da ELEKTRO. Este indicador está relacionado diretamente à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica..



5. INVESTIMENTOS

Até o final do ano de 2017, a ELEKTRO investiu um montante de R\$309.746mil, dos quais R\$13.307mil são investimentos subvencionados, representando um aumento total de R\$610.924mil em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$286.760mil em 2016, dos quais R\$17.722mil são referentes a investimentos subvencionados).

Natureza Investimento	2016	2017
Expansão de Rede	172.812	183.438
Programa Luz Para Todos	1.372	1.337
Novas Ligações	52.377	57.206
Sist. Distrib. AT e MT	119.064	124.895
Renovação de Ativos	58.157	51.892
Melhoria da Rede	12.773	20.510
Perda e Inadimplência	416	504
Outros	42.601	53.402
TOTAL	286.760	309.746
(+) Subvenções	-17.722	-13.307
(=) Investimento Líquido	269.038	296.439
(-) Pessoal	114.386	109.864
(-) Componentes Financeiros		
(=) Investimento Direto Líquido	383.424	406.303

Os investimentos realizados no ano de 2017 foram aderentes ao planejado para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da ELEKTRO para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos principais ativos do sistema elétrico da empresa nos últimos cinco anos:

Principais Ativos Elétricos	2013	2014	2015	2016	2017
Linhas de Transmissão (km)	9.514	9.313	9.437	9.619	9.737
Subestações (un)	335	331	366	337	341
Transformadores de Força (un)	463	482	495	503	516
Potência Instalada (MVA)	5.273	5.640	5.850	6.059	6.396
Linhas de Distribuição (km)	25.373	258.850	264.298	272.003	283.295
Transformadores de Distribuição (un)	210.488	219.187	226.327	236.079	250.561

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	2017	2016	Variãçã	Variãçã
R\$ mil ⁽¹⁾			o (R\$)	o (%)
Lucro líquido	374.425	351.688	22.737	6,47
Despesas financeiras	282.326	363.382	(81.056)	(22,31)
Receitas financeiras	(124.521)	(202.198)	77.677	(38,42)
Imposto de renda	163.447	126.081	37.366	29,64
Amortização	177.296	172.392	4.904	2,84
EBITDA	872.973	811.345	61.628	7,60

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

6.2. Resultado do Ano

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Receita Bruta	8.864.102	7.950.256	913.846	11,49
Deduções da Receita Bruta	(3.052.607)	(3.195.276)	142.669	(4,46)
Receita Operacional Líquida	5.811.495	4.754.980	1.056.515	22,22
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.928.563)	(4.016.743)	(911.820)	22,70
Margem Operacional Líquida	882.932	738.237	144.695	19,60
Gastos e Despesas Operacionais	(187.255)	(99.284)	(87.971)	88,61
Resultado do Serviço	695.677	638.953	56.724	8,88
Amortização / Depreciação	177.296	172.392	4.904	2,84
EBITDA	872.973	811.345	61.628	7,60
Resultado Financeiro	(157.805)	(161.184)	3.379	(2,10)
Resultado Operacional	537.872	477.769	60.103	12,58
IR e CSLL	(163.447)	(126.081)	(37.366)	29,64
Lucro (Prejuízo) do Período	374.425	351.688	22.737	6,47

6.3. Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Residencial	2.753.009	2.820.853	(67.844)	(2,41)
Industrial	966.052	1.477.375	(511.323)	(34,61)
Comercial	1.383.462	1.527.333	(143.871)	(9,42)
Rural	384.042	384.683	(641)	(0,17)
Poder Público	190.006	193.524	(3.518)	(1,82)
Iluminação Pública	189.184	181.710	7.474	4,11
Serviço Público	234.725	246.965	(12.240)	(4,96)
Fornecimento Não Faturado	32.502	(97.704)	130.206	(133,27)
Fornecimento Faturado Mercado Cativo	6.132.982	6.734.739	(601.757)	(8,94)
Subvenção à tarifa social baixa renda	340.947	266.076	74.871	28,14
Total do Fornecimento de Energia	6.473.929	7.000.815	(526.886)	(7,53)
Receita de Uso da Rede - Mercado Livre	608.355	523.549	84.806	16,20
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	422.501	325.030	97.471	29,99
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiro	825.499	(420.539)	1.246.038	(296,30)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	434.338	410.253	24.085	5,87
Outras receitas	99.480	111.148	(11.668)	(10,50)
Receita Operacional Bruta	8.864.102	7.950.256	913.846	11,49

A Companhia apresentou no ano de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 8.864.102 mil, representando um aumento de 11,49% em relação ao valor de R\$ 7.950.256 mil alcançado em 2016.

Os fatores determinantes pelo aumento da Receita Bruta foram:

(i) Aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 16,20%, no valor de R\$ 84.806 mil, em virtude, principalmente, da migração de clientes industriais para o mercado livre, fator que contribuiu com um aumento do consumo do mercado livre em 1.413 GWh, representando um crescimento de 32,36% no período. Esse impacto do

efeito volume foi de R\$ 120.493 mil. Foi registrado também uma redução no preço médio por consumo do mercado livre de 12,21%, sendo o efeito preço de R\$ 35.687 mil.

(ii) Aumento na Venda de Energia de Curto Prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE", em função da Resolução Normativa nº 706 da ANEEL de 1º de abril de 2016, que regulamentou – complementarmente à consideração como involuntária da sobrecontratação derivada de migração de clientes para o mercado livre – uma série de alternativas para que as distribuidoras pudessem adequar os níveis de energia contratados, dentre eles a redução do volume contratado por meio de acordos bilaterais de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada (CCEARs) e a participação nos Mecanismos de Sobras e Déficits de Energia (MCSDs) para contratos de energia nova entre distribuidores e geradores, permitindo a realocação de energia entre esses dois agentes. O aumento foi de 29,99%, equivalente a um aumento de R\$ 97.471 em relação ao ano anterior.

(iii) Variação positiva de R\$ 1.246.038 mil nos "Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros" entre 2016 e 2017 deve-se principalmente a predominante devolução ao longo do ano de 2017 do saldo homologado em agosto/2016, de forma contrária ao ano de 2016, no qual a maior relevância foi o recebimento do saldo

homologado em agosto/2015. Cabe destacar que tal variação não impacta a Receita Operacional Líquida visto que possui contrapartida no faturamento da Companhia.

(iv) Adicionalmente, no ano de 2017 houve maior constituição de Valores de Parcela A e Outros Itens Financeiros motivada pelo maior custo de energia com Risco Hidrológico e o aumento de custos no Mercado de Curto Prazo (conforme item XX [Custo de Energia]).

(v) Aumento de 5,87% na receita de construção de infraestrutura da concessão, representando R\$ 24.085 mil, devido ao aumento dos investimentos em 2017 comparativamente ao ano anterior. Essa variação, no entanto, não gera impacto no resultado na Companhia por ter contrapartida de Custos no mesmo valor.

6.1. Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta registraram uma redução de R\$ 142.699 mil comparativamente a 2016, principalmente em função do menor volume de impostos incidentes sobre a receita, consequência do menor volume faturado no ano. Quando comparado a 2017. Os impostos apresentaram uma redução de 6,88% (R\$ 140.421 mil).

A ELEKTRO encerrou o período com Receita Operacional Líquida de R\$ 5.811.495, um aumento de 22,22% (R\$ 1.056.515 mil) em relação ao período anterior.

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	1.899.435	2.039.856	(140.421)	(6,88)
ENCARGOS SETORIAIS	1.153.172	1.155.420	(2.248)	(0,19)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	810.166	973.454	(163.288)	(16,77)
Encargos do Consumidor - CCRBT	290.272	132.322	157.950	119,37
Outros (FNDCT / TFSEE / PEE / P&D)	52.734	49.644	3.090	6,22
(-) Dedução da receita bruta	3.052.607	3.195.276	(142.669)	(4,46)
Receita Operacional Líquida	5.811.495	4.754.980	1.056.515	22,22

6.2. Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS E DESPESAS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.394.465	2.570.407	824.058	32,06
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	459.719	451.358	8.361	1,85
Não-gerenciáveis	3.854.184	3.021.765	832.419	27,55
Pessoal e Administradores	353.371	305.112	48.259	15,82
Material	37.907	36.329	1.578	4,34
Serviços de terceiros	138.869	138.349	520	0,38
Depreciação e amortização	177.296	172.392	4.904	2,84
Provisões Líquidas - PCLD	63.085	73.189	(10.104)	(13,81)
Custo de Construção	434.338	410.253	24.085	5,87
Outros	56.768	(41.362)	98.130	(237,25)
Gerenciáveis	1.261.634	1.094.262	167.372	15,30
Total	5.115.818	4.116.027	999.791	24,29

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 5.115.818 mil, um aumento de 24,29% em relação ao ano de 2016, quando a Companhia registrou R\$ 4.116.027 mil. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

(I) Aumento de 32,06% do custo da energia elétrica comprada para revenda, equivalente a R\$ 824.058 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos a seguir.

✓ Processamentos de MCSDs de Energia Nova dos quais a ELEKTRO participou em 2017 mas ainda não foram concluídos pela CCEE dentro do período. Dessa forma, o impacto financeiro equivalente ainda não pode ser totalmente observado, visto que os processamentos de três meses tiveram liquidação provisória e apenas o de novembro de 2017 foi efetivamente processado. Essa liquidação provisória resultou em um aumento de custos no MCP. Para os demais meses o efeito financeiro será equilibrado em 2018, mas essa tratativa não causa nenhuma variação no resultado da

companhia, visto que possui total cobertura através da CVA.

✓ Custos com Risco Hidrológico (Cotas, Itaipu e usinas que repactuaram) aumentaram principalmente em função da alta do PLD, que em 2017 para o SE teve seu valor médio em R\$ 323/MWh contra R\$ 94/MWh em 2016. A redução do GSF também foi fator importante para o aumento desses custos. Ainda relacionado a alta do PLD, houve excedente na conta de Energia de Reserva, possibilitando o rateio da receita para as distribuidoras. Isso fez com que a ELEKTRO apresentasse no líquido um crédito entre encargos de energia de reserva (EER) e encargos de serviço do sistema (ESS) em relação ao débito do ano passado.

(III) Encargos de uso do sistema de transmissão, que apresentou aumento de R\$ 8.361 mil, consequência principalmente de aumentos de encargos de rede básica, explicado pelo acréscimo nas tarifas (TUST) ocorrido em julho/2017.

(iv) Aumento de 15,82% dos gastos na conta de pessoal e administradores, equivalente a R\$ 48.259 mil, devido principalmente à: (i) reajuste salarial de 8% em julho de 2016 e 3,78% a partir de julho de 2017 conforme acordo

coletivo (R\$ 25.676 mil), (ii) maiores despesas com assistência médica (R\$ 4.672 mil) e outros efeitos pulverizados.

(v) Os custos foram parcialmente compensados pela redução de 13,81% no PCLD, representando R\$ 10.104 mil.

6.3. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	68.295	118.122	(49.827)	(42,18)
Juros, comissões e acréscimo moratório	52.396	81.016	(28.620)	(35,33)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	(241.610)	(318.138)	76.528	(24,05)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(26.488)	(31.562)	5.074	(16,08)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	(3.568)	87	(3.655)	(4.201,15)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(6.830)	(10.709)	3.879	(36,22)
Resultado Financeiro Líquido	(157.805)	(161.184)	3.379	(2,10)

No encerramento de 2017, a empresa apresentou Despesa Financeira Líquida de R\$ 157.805 mil, 8,87% maior que o resultado registrado em 2016 (R\$ 161.184 mil), impactada principalmente por:

(I) O CDI acumulado no período foi de 9,93%, uma queda de 4,07 pontos percentuais em comparação ao ano anterior, onde foi de 14,00%. Tal queda, adicionada à redução de 21,5% do volume de caixa médio foram os principais fatores que ocasionaram a redução de R\$ 49.827 milhões na renda das aplicações financeiras.

(ii) Em contrapartida, devido à redução do CDI, da TLP e do IPCA, que são os principais indexadores da dívida da Companhia, tivemos uma redução de R\$ 76,528 milhões com encargos de dívida e variações monetárias e cambiais. Como todas as dívidas atreladas à dólar da Companhia possuem instrumentos derivativos de proteção, a variação do dólar não apresenta impacto no custo da dívida da Companhia. Abaixo, apresenta-se quadro demonstrativo dos valores acumulados no ano:

Índices	2016	2017	Δ p.p.
CDI	14,00%	9,93%	- 4,07
TJLP	7,50%	7,00%	- 0,50
IPCA	6,29%	2,95%	- 3,34
DÓLAR	3,2591	3,3080	0,05

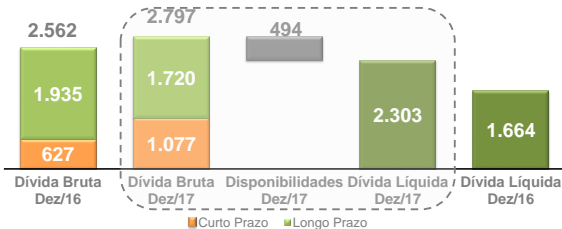
(III) A variação negativa de R\$ 3.755 mil decorrente da Remuneração Financeira da Parcela A foi devido ao registro de um saldo ativo menor em 2017 ao contrário de 2016, que demonstra que a cobertura tarifária deste ano, obtida no último reajuste tarifário, concedeu um valor maior para os custos incorridos.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

De acordo com sua Política Financeira, a ELEKTRO busca permanentemente o alongamento e a redução do custo da sua dívida. Em dezembro de 2017, a Companhia contava com 61,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 38,5% no curto prazo.

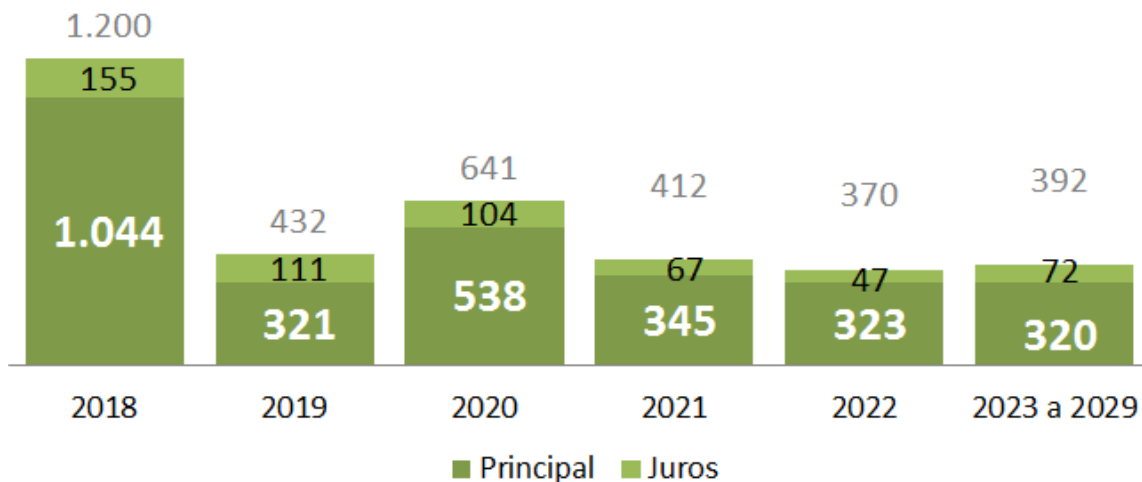
Em dezembro de 2017 a dívida bruta da ELEKTRO, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi R\$ 2.797 milhões (dívida líquida R\$ 2.303 milhões) apresentando um crescimento de 9,19% equivalente a R\$ 235,45 milhões em relação a dezembro de 2016.



em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente



8. PRÁTICAS DE GESTÃO

8.1. Estrutura de Governança

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o

aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de Comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece

cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

Conselho de Administração

A ELEKTRO tem um Conselho de Administração composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros efetivos, com igual número de suplentes, dos quais um membro efetivo e um suplente, conforme disposto no Artigo 35, inciso IX do Estatuto Social da Companhia, é reservado ao representante dos empregados da Companhia, a ser eleito na forma do disposto no Artigo 17 do mesmo Estatuto Social. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração são eleitos ou destituídos por Assembleia Geral (exceto quanto aos eleitos pelos empregados, nos termos do Estatuto Social) e tem mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

Também é facultado ao Conselho de Administração delegar competências à Diretoria Executiva, desde que não sejam competências privativas nos termos do Artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, O Conselho de Administração poderá criar Comitês internos com funções de consulta, assessoria, formulação de relatórios ou propostas que o próprio Conselho de Administração determine, devendo criar, em todo caso, um Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo.

O Conselho de Administração também possui um Regimento Interno que disciplina seu funcionamento, bem como seu relacionamento com os demais órgãos sociais, observado o disposto no Estatuto Social da ELEKTRO e na legislação em vigor.

Conselho Fiscal

Com função independente o Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de um ano, sendo três deles representantes dos acionistas controladores e um representante dos acionistas preferencialistas não controladores.

O Conselho Fiscal tem com objetivo garantir o exercício do direito dos acionistas de fiscalizar a gestão dos negócios e sua função fiscalizadora independente é reforçada pela atuação individual dos conselheiros prevista em lei.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, semanalmente ou extraordinariamente, sempre que exigida

A Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as Controladas da Neoenergia.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Acompanhamento de Negócios. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões mensais,

podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

8.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A ELEKTRO possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido após constituição de 5% de reserva legal. Além disso, no Estatuto Social da Companhia está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A distribuição de dividendos intermediários ou intercalares é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

O Estatuto Social da ELEKTRO menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

No ano de 2017, a ELEKTRO realizou os seguintes pagamentos de proventos:

Ato Societário:	Tipo de Provento:	Valor Bruto (R\$)
Ata do Conselho de Administração de 12/09/2017	Juros sobre Capital Próprio	96.976.141,65
Ata do Conselho da Administração 12/09/2017	Dividendos Intermediários	139.557.100,14

8.3. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a ELEKTRO adota uma política de

comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de *rating* e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A ELEKTRO disponibiliza informações por meio da área de Relações com Investidores, e-mail (ri@neoenergia.com), no site www.ELEKTRO.com.br – link RI e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais arquivados na Bovespa e CVM.

8.4. Gestão de Riscos

A área de Gestão de Riscos da Neoenergia atua de forma corporativa para todas as suas empresas e tem como objetivo trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A área é coordenada pela Superintendência de Gestão de Riscos, se reporta à Diretoria Financeira e suas principais responsabilidades são:

- (i) Elaborar e monitorar os Mapas de Riscos dos negócios;
- (ii) Elaborar e garantir o cumprimento das Políticas de Risco corporativas e para os negócios do Grupo;
- (iii) Avaliar e monitorar o risco de crédito das contrapartes financeiras e comerciais;
- (iv) Quantificar e monitorar os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta;
- (v) Elaborar e divulgar relatórios e informações relacionadas aos riscos da companhia para os órgãos reguladores e demais *stakeholders*;
- (vi) Coordenar a realização das reuniões da Comissão de Riscos

(vii) Disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia

A Política de Gestão de Risco Corporativo da Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos.

Esta Política se desdobra e é complementada pelas seguintes Políticas, também aprovadas pelo Conselho de Administração, tais como:

- ✓ Política de Risco de Crédito
- ✓ Política de Riscos Financeiros
- ✓ Política de Seguros
- ✓ Política de Risco de Mercado de Energia
- ✓ Política de Risco para o negócio de Geração
- ✓ Política de Risco para o negócio de Comercialização
- ✓ Política de Risco para o negócio de Distribuição.

A gestão de riscos corporativos é complementada pela estrutura organizacional de Governança da Companhia, que inclui as áreas responsáveis por *Compliance*, Controles Internos e Auditoria. Estas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos.

Neste modelo, as áreas de negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as demais áreas e funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração da Companhia (Risco Corporativo, Controles Internos e *Compliance*) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

A área de Gestão de Risco da Neoenergia atua hoje de forma independente das áreas de negócio integrando a visão risco-oportunidade na gestão das empresas.

8.5. Integridade e Ética

O Grupo Neoenergia tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pelo Grupo em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

O Grupo Neoenergia aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos O Grupo Neoenergia conduz uma série de ações dentro de seu Programa de Integridade, conforme diretrizes do Conselho de Administração, e que estão em linha com a legislação anticorrupção brasileira e as melhores práticas empresariais de *compliance*. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de *Compliance*, criada desde 2014, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a

garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar as ações de disseminação da cultura de integridade e ética por toda a organização.

Em 2017 o esforço da empresa em sua jornada de integridade foi reconhecido pela segunda vez consecutiva, com a conquista do Selo Empresa Pró Ética, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às boas práticas empresariais em termos de prevenção de ilícitos e aderência aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira. Além disso, neste ano destacam-se as ações relacionadas com a reavaliação de riscos de corrupção, desenvolvimento de ações de integridade junto a fornecedores e o esforço empreendido em treinamentos e processos formais de conhecimento e aceitação do Código de Ética e Políticas de Integridade, os quais foram automatizados através da intranet, garantindo mais praticidade, transparência, controle e sustentabilidade para o Grupo Neoenergia.

8.6. Ouvidoria

A Ouvidoria é mais um canal de relacionamento da Distribuidora criado, especialmente, para prestar informações, registrar e dar tratamento às sugestões, aos elogios, às denúncias e às reclamações de clientes, que não foram solucionadas pelos canais de atendimento. Através dessas manifestações, a Ouvidoria atua junto

às áreas para orientar quanto ao fiel cumprimento da regulamentação do setor elétrico, visando eliminar os riscos regulatórios. O principal desafio da Ouvidoria é consolidar a satisfação do cliente.

Em 2017, a Ouvidoria da ELEKTRO recebeu 4862 manifestações de Ouvidoria, sendo que 99,56% das manifestações solucionadas foram tratadas e respondidas dentro do prazo. Além das reclamações em segunda instância, a ELEKTRO recebeu 1439 reclamações via PROCON e 2203 reclamações em terceira instância, sendo que o percentual dessas reclamações respondidas dentro do prazo foram 99,76% e 99,94% respectivamente, obtendo no geral uma eficácia de 99,68% de reclamações de segunda e terceira instância. Além disso, em 2017 houve uma redução de 41% no volume de reclamações procedentes na Ouvidoria e Agências Reguladoras, em relação ao ano anterior. Os processos com maior procedência foram: ressarcimento de danos, execução de obra (prazo) e faturamento, com 29%, 12% e 11%, respectivamente.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia. Em 2017, as ações socioambientais da companhia passaram a ser divulgadas em um ambiente digital específico – www.neoenergiasustentavel.com.br – possibilitando a disseminação dos diversos programas e projetos de relacionamento com as comunidades realizados por suas empresas controladas, entre elas, a ELEKTRO. O foco em educação e cultura, a promoção do uso seguro e eficiente da energia elétrica, e a busca por inovação em processos, produtos e serviços são os pilares que norteiam os projetos nas empresas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, o Grupo Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado com a metodologia da Global Reporting Initiative (atualmente seguimos o modelo GRI-4). O documento apresenta a estratégia, o modelo de gestão, as operações e os desempenhos econômico, social e ambiental da empresa.

Em 2017, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção. A companhia tem também parcerias estratégicas com fóruns nacionais em prol do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento dos investimentos sociais corporativos, como a organização Comunitas, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Cebeds, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Foco Em Educação E Preservação Ambiental

Alinhada às diretrizes socioambientais do Grupo Neoenergia, a ELEKTRO acredita que a educação é o principal caminho para a transformação social no país. Foi com esse olhar que a empresa criou, em 2014, o programa Energia Para o Futuro, que agrega valor social recrutando jovens em abrigos. São crianças que foram retiradas de suas famílias por serem vítimas de violência ou negligência doméstica. Ao completarem 18 anos, eles têm que deixar os abrigos e se sustentar sozinhos. Mas muitos não sabem por onde começar. Na ELEKTRO, padrinhos assumem a responsabilidade por um adolescente, exercendo o papel de mentores dedicados à sua orientação e integração ao ambiente

corporativo. Eles também passam por formação em técnicas de apresentação; aconselhamento de carreira, e palestras com profissionais do mercado. Assim, a ELEKTRO espera acelerar a educação desses jovens e desenvolvê-los para o mercado de trabalho. Por meio do programa, eles têm a oportunidade de efetivação na ELEKTRO ou em empresas parceiras. Já passaram pelo programa 86 jovens.

Já no campo da educação para o trabalho, a ELEKTRO desenvolve em dez localidades da sua área de atuação o projeto Escola de Eletricistas, que oferta capacitação gratuita tanto para o mercado de trabalho quanto para suprir a demanda interna por mão de obra qualificada. Os cursos são promovidos com o apoio das prefeituras e de instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Já foram formados 440 alunos, em 11 turmas, entre os quais 84 contratados pela ELEKTRO. No módulo “eletricistas de redes”, a porcentagem de aproveitamento entre os formados alcançou 90%.

Para promover a conscientização socioambiental e contribuir com a arborização nos municípios de sua área de concessão, a ELEKTRO desenvolve o Programa Meninos Ecológicos nas cidades paulistas de Araras, Eldorado e Pariquera-Açu. A iniciativa atende anualmente 30 jovens de 16 e 17 anos, beneficiados pela orientação de um profissional formado na área ambiental para a produção de mudas utilizadas em arborização urbana e ações de reflorestamento. Já foram plantadas 22.769 mudas e doadas 29.175 para prefeituras e ONGs. Em comemoração ao Dia da Árvore, em setembro, os Meninos Ecológicos distribuíram cerca de 600 mudas nas unidades da empresa, incentivando os colaboradores ao plantio.

Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da ELEKTRO tem como foco promover

o uso eficiente e seguro da energia elétrica. Entre os projetos desenvolvidos em 2017 destacamos:

ELEKTRO nas Escolas: o projeto atua na educação do público em idade escolar – alunos do Ensino Fundamental e Médio – e na capacitação sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica de professores rede pública nos municípios da área de concessão da ELEKTRO. A abordagem do assunto junto aos alunos é realizada de forma lúdica com o apoio de um Laboratório de Eficiência Energética Itinerante, além de apresentações de teatro de fantoches. As etapas são: sensibilização dos Diretores, capacitação e acompanhamento dos professores, ação com as crianças e eventos abertos para sociedade.

Energia Mais Eficiente: o projeto visa desenvolver ações de eficiência energética para clientes de baixo poder aquisitivo, com substituição de lâmpadas por LED e instalações de aquecedores solares.

Encontro Cliente ELEKTRO: promover ações direcionadas para o desenvolvimento dos profissionais dos segmentos industriais e comerciais por meio de mecanismos disponíveis do Programa de Eficiência Energética contribuindo na disseminação de cultura sobre o uso adequado e eficiente de energia elétrica com o intuito de influenciar os clientes na área de concessão da ELEKTRO.

Projetos de Chamada Pública: as chamadas públicas são divulgadas no site da ELEKTRO anualmente, dando a oportunidade para os clientes apresentarem os projetos de eficiência energética. São atendidos os seguimentos: residencial, industrial, poder público, serviço público, comercial, rural e iluminação pública.

Gestão energética municipal (GEM): o projeto engloba treinamento em gestão energética para servidores públicos, criação de Unidade de

Gestão Energética Municipais e a instalação de software para gerenciamento das contas de energia elétrica das cidades.

Prédios Públicos e Filantrópicos: o projeto visa desenvolver ações de eficiência energética em unidades do setor público e filantrópico, tais com escolas, hospitais, asilos, creches e prefeituras, com substituição de luminárias, reatores e lâmpadas.

Inovação, Pesquisa E Desenvolvimento

Os projetos de P&D do Grupo Neoenergia giram em torno de cinco temas estratégicos: Redes Inteligentes (Smart Grid); Qualidade e Confiabilidade; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; e Sustentabilidade do Negócio.

Na ELEKTRO, o grande destaque é o projeto Cidade Inteligente ELEKTRO. Com foco em testar novas tecnologias e novas formas de operação baseadas nos conceitos de medição e redes inteligentes, a ELEKTRO desenvolveu em parceria com institutos de Tecnologia e fornecedores o protótipo Cidade Inteligente, visando à evolução das interações entre clientes e distribuidoras de energia elétrica, bem como eficiência em suas operações. O projeto teve início em maio de 2013 com a finalidade de ser utilizado como um grande teste das novas tecnologias smart grids para simular condições da rede e dos clientes e sobre como será a distribuição de energia no futuro. O projeto foi desenvolvido no município de São Luiz do Paraitinga (SP), contemplando a aplicação de tecnologias, soluções inovadoras para automação e operação da rede de energia envolvendo geração distribuída, telemedicação, inserção de veículos elétricos e oferta de novos serviços. A escolha por São Luiz do Paraitinga decorreu das características locais, similares às encontradas na maior parte dos municípios em que a ELEKTRO atua, com área rural extensa e urbana concentrada. Os estudos

permitiram melhor avaliação dos efeitos das novas tecnologias para uma possível expansão nas demais localidades que a empresa atende.

Outro destaque é o projeto Bid Monitor, intitulado “Big Data e Monitoramento de Dados: a inteligência de máquina no apoio à tomada de decisões em leilões de energia elétrica”. Ele resultou no desenvolvimento de um sistema capaz de capturar e monitorar diferentes fontes de informação. Seu escopo contempla a construção de uma base de dados com o maior número possível de informações do setor eletro-energético brasileiro e de outras fontes (como variáveis climatológicas e macroeconômicas), sendo a maior parte das informações obtidas diretamente da internet em tempo real. O projeto foi desenvolvido com a parceria entre ELEKTRO, Aratu, Mineração Santa Elina Indústria e Venidera, visando a otimização do processo de compra de energia elétrica, contribuindo para a assertividade na tomada de decisões para mitigar riscos de erro nas contratações. Com a construção desta base de dados e a utilização de técnicas de “Big Data”, bem como aprendizado de máquina e análise estatística avançada, foi desenvolvido um conjunto de ferramentas para monitoramento de dados em tempo real, tornando possível acompanhar o comportamento dos dados relevantes na participação de um pequeno gerador ou de uma distribuidora em leilões de energia elétrica. A solução colabora no sentido de alertar e dar suporte aos tomadores de decisão para que eles sejam capazes de determinar com assertividade quando e quanta energia elétrica deve ser vendida ou comprada, seja firmando contratos de longo prazo ou negociando no mercado de curto prazo.

Valei ainda destacar o projeto Micro Redes GD, desenvolvido com a Unesp de Ilha Solteira/SP, promovendo o

estudo de Micro Redes de Geração Distribuída através da análise e comparação das metodologias no estado da arte de medição da energia elétrica. Considera cenários de cargas não lineares e GD com fontes renováveis e alternativas. Foram especificados e instalados sistemas fotovoltaicos e eólicos, considerando a conexão em baixa tensão para avaliação do impacto destes na rede de distribuição de energia e em seus pontos de acoplamentos (PACs). A pesquisa possibilita o conhecimento e o domínio das novas metodologias de aferição e medição de energias elétricas, com foco nas energias ativa e reativa, considerando-se as distorções harmônicas de correntes e de tensões e assimetrias dos sistemas de distribuição. Possibilita verificação e análise dos protocolos de medição de energia elétrica, com foco na energia reativa, considerando-se os regulamentos existentes e aqueles ainda em discussão.

Meio Ambiente

Em 2017, o Grupo Neoenergia atualizou sua Política Socioambiental, documento que norteia a tomada de decisão de suas empresas na adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Política ratifica a proteção ao meio ambiente como fator importante para a sustentabilidade dos negócios da Neoenergia, devendo ser contemplada desde o planejamento à execução de suas atividades. Além disso, delega a todos os profissionais, fornecedores e prestadores de serviço do Grupo e de suas empresas controladas, o cumprimento dos compromissos estabelecidos na Política.

Dentre os princípios estabelecidos no documento estão: redução dos impactos socioambientais;

conservação da biodiversidade, dos recursos naturais, do patrimônio histórico-cultural e das comunidades protegidas e tradicionais; integridade e cumprimento à Lei; compromisso com a melhoria contínua; comunicação com os stakeholders para promoção da sustentabilidade; e engajamento e inovação.

Prêmios E Reconhecimentos

A Melhor Empresa para Trabalhar no País (GPTW):

A ELEKTRO foi considerada, pela quarta vez consecutiva (2013, 2014, 2015 e 2016), a Melhor Empresa para Trabalhar no País pela pesquisa Great Place to Work, na categoria Grande Porte (com mais de 1.000 funcionários). A premiação, que ocorreu em São Paulo, reuniu as 150 companhias de maior destaque em gestão de pessoas. Nessa mesma ocasião, a ELEKTRO também conquistou o título de Melhor Empresa do Setor de Serviços.

Guia Exame de Sustentabilidade:

A ELEKTRO foi reconhecida, mais uma vez, como uma das empresas mais sustentáveis do País pelo Guia Exame de Sustentabilidade. É o sétimo ano consecutivo em que a Empresa é premiada no Guia. Dessa vez, a Distribuidora foi a única empresa do Brasil a receber o destaque na categoria "Direitos Humanos".

Prêmio Abradee

A ELEKTRO recebeu em Brasília dois importantes troféus no Prêmio Abradee 2017. Na 19ª edição da tradicional premiação do setor, a Empresa foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica e também reconhecida nas categorias Qualidade da Gestão, Responsabilidade Social pelo Instituto ETHOS, Econômica Financeira e Gestão Operacional.

Medalha Eloy Chaves:

A ELEKTRO foi reconhecida com a primeira colocação (Ouro) na categoria III (distribuidoras de energia com mais de 2.000 empregados) da Medalha Eloy Chaves, que valoriza as companhias de energia elétrica que mais prezam pela saúde e pela segurança dos colaboradores. O prêmio é uma realização da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE).

10. SAÚDE E SEGURANÇA

O Valor nº 1 do Grupo Neoenergia é a Segurança - Colocamos as vidas das pessoas em primeiro lugar – valor no qual os colaboradores entendem e reconhecem ser a prioridade da Companhia.

A ELEKTRO possui Sistema de Gestão de Saúde e Segurança baseado na norma OHSAS18001, que define critérios de classe de excelência mundial e que objetiva promover continuamente a cultura de prevenção de acidentes, por meio de controle de riscos e seus respectivos impactos, garantindo o cumprimento dos requisitos legais.

Além de ter sido reconhecida nacionalmente com a medalha Eloy Chaves em 2017 como a melhor empresa em resultados de saúde e segurança, a ELEKTRO é também a empresa benchmarking dentro do Grupo Iberdrola, sendo a única distribuidora que não registrou acidentes com afastamento no ano de 2017, resultado este que representa um verdadeiro orgulho para as pessoas que fazem a companhia.

O foco permanente da organização está pautado na melhoria contínua, como veículo de impulsionador desta melhoria está os comitês de saúde e segurança, processos tecnológicos aplicados ao controle dos riscos nas atividades, cada veículo da ELEKTRO dispõe de uma câmera para filmar as atividades de campo, identificando desvios e tratando-os. Diálogos de

Estratégia, Segurança e Comportamento (DESC), contribuem com o aspecto de continuidade da cultura de segurança que está presente em toda a liderança e força de trabalho. Ações de segurança para a população tais como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil, palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas, divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica e campanhas educativas nas redes sociais.

Com essas ações, dentre outras, a ELEKTRO por meio das pessoas, busca manter-se no posicionamento da melhor distribuidora do Brasil em termos de gestão de saúde e segurança.

11. CANAIS DE ATENDIMENTO

A ELEKTRO disponibiliza canais de atendimento previstos na legislação, onde é possível realizar diversos serviços e requisitar informações, como:

- **Atendimento telefônico:** Disponível 24 horas, onde os agentes de relacionamento são empoderados para resolver as demandas dos clientes, sempre que possível, no primeiro contato, evitando maiores esforços pelo cliente. Além de tratar os clientes com paciência e educação, levando o mesmo a ter a melhor experiência com a nossa empresa.
- **Atendimento presencial:** A ELEKTRO dispõe de pelo menos um posto de Atendimento Presencial em cada município de sua área de concessão. São ao todo 229 espaços, sendo que 55 são espaços próprios de Atendimento, 53 quiosques e 121 redes credenciadas. Além desses espaços, a ELEKTRO dispõe de uma unidade móvel de Atendimento.

Além dos canais previstos na legislação, a ELEKTRO mantém outros canais de atendimento visando facilitar o acesso dos consumidores com a nossa empresa:

- **URA:** No contato telefônico realizado pelo cliente é possível realizar alguns serviços sem a necessidade de entrar em contato com um agente de relacionamento. Após a atualização na URA do Atendimento telefônico, realizada em 2017, a porcentagem de retenção de clientes, ou seja, a porcentagem de clientes que entraram no canal de atendimento telefônico que não houve contato com agente de relacionamento, subiu de 37% para 49% (Valor referente ao mês de Dezembro de 2017).
- **SMS, Totem, Site e Aplicativo,** onde é possível realizar contato com algum agente de relacionamento como também utilizar os autosserviços oferecidos por esses canais, onde o cliente resolve a suas demandas sem haver contato com algum agente.
- **Chat:** Onde é possível realizar contato com um agente de relacionamento através de uma sala virtual de bate papo.

Visando digitalizar seus canais de atendimento, a ELEKTRO também possui um projeto de Video atendimento. O objetivo desse projeto é virtualizar o atendimento, evoluindo a forma de atender, ampliando a personalização, melhorando o relacionamento com o cliente, além de claro de possibilitar eficiência operacional.

No canal de Atendimento telefônico, além do atendimento receptivo onde os agentes de relacionamento recebem as manifestações dos clientes, há também o contato ativo, onde o agente de relacionamento contata os clientes para realizar: Cobranças, com o diferencial de oferecer serviços que facilitem a vida do cliente e o auxilie no pagamento da

conta; Retenção de deslocamentos sem execução de serviço, através de questionamentos ao cliente para entender se o problema de falta de energia é interno ou externo; Contato com o cliente que tem impedimento de leitura há dois meses para orientá-lo; Além de contatos para outros motivos pertinentes.

Desde 2000, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulga o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), com o objetivo de avaliar, a partir da percepção dos usuários, o grau de satisfação com as distribuidoras de energia elétrica. O índice é composto de cinco variáveis: qualidade percebida, valor, satisfação, confiança e fidelidade. Cada variável é avaliada (de zero a 100 pontos) por meio de entrevistas com clientes nas áreas de concessão das 101 distribuidoras do país, com amostras de acordo com o porte de cada uma. Em 2016, o IASC da ELEKTRO foi de 69,93.

Outro importante indicador de qualidade dos serviços das distribuidoras é o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), divulgado anualmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), também com base em entrevistas com consumidores. Em 2017, o ISQP da ELEKTRO do Grupo B foi de 80,5%, e para o grupo A foi de 77,8%.

12. OUTROS DESTAQUES

RATING

Em 26 de julho, a Fitch Ratings Ltda. atribuiu o Rating Inicial de Longo Prazo em escala Nacional para a ELEKTRO, definindo a classificação de AA+(bra); Observação Negativa. Em 04 de setembro de 2017, a Fitch removeu a Observação Negativa do Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia e o rebaixou para 'AA-(bra)', Perspectiva Estável, após a conclusão da reestruturação societária.

A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus ratings rebaixados para 'AA-(bra)'.

Em 12 de janeiro de 2018, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, e suas subsidiárias, dentre elas a ELEKTRO para 'BB-' na Escala Global e 'brAA-' / Perspectiva Estável na Escala Nacional Brasil. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2016	2017	2018
NEOENERGIA	AA-	AA-	AA-
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável
ELEKTRO REDES ⁽¹⁾	brAA+	AA-(bra)	AA-
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável

⁽¹⁾ Classificação de 2016 e 2017 pela Fitch e classificação de 2018 pela S&P

Em 24 de janeiro de 2018, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de longo prazo 'BB-' na escala global e os de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1+' na Escala Nacional Brasil atribuídos à Neoenergia e suas subsidiárias em 12 de janeiro de 2018. A perspectiva dos ratings corporativos permanece estável.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela ELEKTRO S.A para a prestação de serviços de auditoria externa a partir de 31 de maio de 2016.

Durante o ano de 2017 a empresa prestou os seguintes serviços de auditoria e serviços relacionados a auditoria: serviços de revisões das informações financeiras trimestrais, serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras anuais, alguns serviços relativos à Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa e suas contrapartes, sendo todos esses serviços avaliados em relação a natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência.

A política da Companhia para contratação de outros serviços de seus auditores externos se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

A Companhia obtém de seu auditor independente, ao menos anualmente, comunicação a respeito de todos os relacionamentos entre os auditores independentes e a entidade auditada, que possam razoavelmente comprometer a sua independência.

A KPMG não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2017.

14. AGRADECIMENTOS

A ELEKTRO agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2016 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

15. BALANÇO SOCIAL

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2017				2016 (Reclassificado)			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	5.811.495				4.754.980			
Resultado Operacional (RO)	695.677				638.953			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	430.016				399.155			
Valor Adicionado Total (VAT)	3.837.761				4.018.251			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	39.646	9,22%	0,68%	1,03%	37.102	9,30%	0,78%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	76.282	17,74%	1,31%	1,99%	74.247	18,60%	1,56%	1,85%
Previdência privada *	6.632	1,54%	0,11%	0,17%	6.833	1,71%	0,14%	0,17%
Saúde	28.984	6,74%	0,50%	0,76%	24.054	6,03%	0,51%	0,60%
Segurança e saúde no trabalho	676	0,16%	0,01%	0,02%	1.165	0,29%	0,02%	0,03%
Educação	564	0,13%	0,01%	0,01%	604	0,15%	0,01%	0,02%
Cultura	12	0,00%	0,00%	0,00%	24	0,01%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.247	0,52%	0,04%	0,06%	2.213	0,55%	0,05%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	768	0,18%	0,01%	0,02%	751	0,19%	0,02%	0,02%
Esporte	437	0,10%	0,01%	0,01%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	504	0,12%	0,01%	0,01%	468	0,12%	0,01%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	31.158	7,25%	0,54%	0,81%	31.404	7,87%	0,66%	0,78%
Outros		0,00%	0,00%	0,00%	129	0,03%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	187.909	43,70%	3,23%	4,90%	178.994	44,84%	3,76%	4,45%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	1.718	0,40%	0,03%	0,04%	4.129	0,65%	0,09%	0,10%
Cultura	1.490	0,35%	0,03%	0,04%	417	0,07%	0,01%	0,01%
Saúde e Saneamento		0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	279	0,06%	0,00%	0,01%	104	0,02%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar		0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%

Desenvolvimento Social	1.468	0,34%	0,03%	0,04%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	16.312	3,79%	0,28%	0,43%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Outros		0,00%	0,00%	0,00%	10.773	1,69%	0,23%	0,27%

Total das Contribuições para a Sociedade	21.268	4,95%	0,37%	0,55%	15.423	2,41%	0,32%	0,38%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.827.605	657,56 %	48,66 %	73,68 %	3.014.306	471,76 %	63,39 %	75,02 %
Total - Indicadores sociais externos	2.848.873	662,50 %	49,02 %	74,23 %	3.029.729	474,17 %	63,72 %	75,40 %

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	17.812	4,14%	0,31%	0,46%	68.003	151,52 %	19,75 %	21,40 %
Investimento em programas e/ou projetos externos	16.134	3,75%	0,28%	0,42%	25.391	3,97%	0,53%	0,63%
Total dos investimentos em meio ambiente	33.946	7,89%	0,58%	0,88%	93.394	155,50 %	20,28 %	22,03 %

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	3				NA			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	8,72				NA			
Passivos e contingências ambientais.	15,02				NA			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui Metas	(X) Cumpr e de 0 a 50%	() Cump re de 51 a 75%	() Cump re de 76 a 100%	() Não possui Metas	() Cumpr e de 0 a 50%	(X) Cump re de 51 a 75%	() Cump re de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2017	2016
Nº de empregados(as) ao final do período	3.689	3.708
Nº de admissões durante o período	308	310
Nº de desligamentos durante o período	319	NA
Nº de empregados(as) terceirizados	1.106	1.430
Nº de estagiários(as)	113	54
Nº de empregados acima de 45 anos	580	549
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		

menores de 18 anos	3	NA
de 18 a 35 anos	1.952	NA
de 36 a 60 anos	1.721	NA
acima de 60 anos	13	NA
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:		
analfabetos	0	NA
com ensino fundamental	26	NA
com ensino médio	2.737	NA
com ensino técnico	0	NA
com ensino superior	789	NA
pós-graduados	137	NA
Nº de empregados por sexo:		
homens	3.180	3.200
mulheres	509	508
% de cargos de chefia por sexo:	100%	100%
homens	84%	83%
mulheres	16%	17%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	787	757
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3%	3%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	74	85
Remuneração bruta segregada por:	13.249	NA
Empregados	12.977	NA
Administradores	273	NA
Terceirizados		NA
Autônomos		NA
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2017	2016
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	53	Não há meta
Nº total de acidentes de trabalho	0	Não há meta

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerência	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerência	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
Na Empresa		578.205			579.031	
No Procon		1.439			1.134	
Na Justiça		3.155			3.475	
% das reclamações e críticas solucionadas:						
Na Empresa		100%			100%	
No Procon		100%			100%	
Na Justiça		105,32%			29%	
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça		11.482				

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Análise e causa raiz das reclamações recebidas; Atendimento e execução das demandas de clientes dentro do prazo, visando diminuir as reclamações de prazo; Divulgação no site e redes sociais de um simulador de consumo, evitando reclamações improcedentes de consumo dos clientes; Reforço na operação, evitando registros de ocorrências de falta de energia. No caso de reclamações no segundo nível: identificação dos serviços com maiores percentuais de reclamações procedentes, atuando para que essas reclamações sejam solucionadas no primeiro nível.	
Contingências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	235	NA
julgados procedentes	76	NA
julgados improcedentes	156	NA
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	9.138	NA
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)	3.837.761	4.018.251
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	100,00%	100,00%
Ao Governo (%)	74,81%	76,08%
Aos Colaboradores (%)	8,08%	6,53%
Aos Acionistas (%)	9,76%	8,75%
A terceiros (%)	7,35%	8,64%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 02.328.280/0001-97

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: **Fone:** (81) 3217.5132 **E-mail:** danielle.luz@neoenergia.com

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

16. DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("ELEKTRO"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ELEKTRO e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ELEKTRO.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ELEKTRO sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da ELEKTRO.